



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 6928/2021 - SES/GAB

Brasília-DF, 12 de julho de 2021.

Ao Excelentíssimo Senhor

PAULO TADEU

Conselheiro-Presidente

Tribunal de Contas do Distrito Federal

Brasília/DF

Assunto: Inspeção realizada com vista a acompanhar a execução do Contrato nº 78/2014-SES/DF, firmado com a Sociedade Empresária Pace Med Comércio de Equipamento e Material Hospitalar Ltda. para aquisição de solução robótica voltada a telemedicina no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde.

Senhor Conselheiro-Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, reportamo-nos ao DESPACHO SINGULAR Nº 136/2021-GCPM (61823507), (**Processo nº 19.679/16-e**), a qual trata de Inspeção realizada com vista a acompanhar a execução do Contrato nº 78/2014-SES/DF, firmado com a Sociedade Empresária Pace Med Comércio de Equipamento e Material Hospitalar Ltda. para aquisição de solução robótica voltada a telemedicina no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde.

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I – conhecer:

a) do Relatório Final de Inspeção nº 2.2033.17, conforme autorização conferida pelo Despacho-Singular nº 215/16- GCAM (e-DOC nº 7DA266B7-c);

b) das considerações apresentadas pela empresa Pace Med Comércio de Equipamento Hospitalar Ltda. (e-DOC nº 140BD0E9); c) das considerações apresentadas pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, por meio dos Ofícios nºs 2.943/2016- GAB/SES (eDOC nº A551B2DB), 355/2017-GAB/SES (e- DOC nº 6D285442) e 654/2017-GAB/SES (e-DOC nº 611CA0F6);

II – chamar em audiência os responsáveis consignados na Matriz de Responsabilização constante do e-DOC nº ED0C4E3A-e para apresentarem, em 30 dias, Razões de Justificativa pelas irregularidades e respectivas condutas ali descritas, tendo em conta a possível aplicação das sanções estabelecidas no artigo 57, II, da LC nº 1/1994, c/c o artigo 248, IV, do RI/TCDF;

III – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que:

a) atente para o cumprimento do artigo 4º da Portaria SGA-DF nº 29, de 25/02/2004, no sentido de nomear executores de contratos lotados em unidades que detenham capacidade para supervisionar todas as

atividades afetas ao ajuste;

b) atente para o cumprimento do disposto no artigo 63, caput, e no § 2º do mesmo artigo, da Lei n.º 4.320/1964, de forma a não realizar a liquidação da despesa sem que, antes, tenha havido o implemento de todas as condições contratuais, devidamente comprovadas;

c) avalie a pertinência acerca da instauração de procedimento correcional em desfavor de servidor da AJL/SES-DF que emitiu parecer acerca da retirada de penalidade baseado no art. 57, § 1º, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993, em face dos indícios de que os autos não estavam instruídos com documentação comprobatória da real ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível e estranho à vontade da empresa contratada (fls. 361 a 363 do Processo GDF n.º 060.012.765/2013), bem como da então Diretora da DIURE, em razão dos indícios da prestação de informação falsa no sentido de que o atraso na entrega dos equipamentos não teria interferido no tempo para implantar o projeto de telemedicina no DF (fl. 360-v, do Processo GDF n.º 060.012.765/2013);

d) em face da manifesta impossibilidade de utilização da solução robótica adquirida, avalie a conveniência e a oportunidade de se desfazer dos bens adquiridos por meio do Contrato n.º 78/2014, observadas as disposições legais afetas ao tema, e encaminhe a este Tribunal o relato das medidas adotadas, no prazo de 90 (noventa) dias;

IV – autorizar:

a) o encaminhamento do Relatório Final de Inspeção 2.2033.17 à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e aos responsáveis indicados da Matriz de Responsabilização constante do eDOC n.º ED0C4E3A-e;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento."

Instada a se manifestar, a Assessoria de Acompanhamento de Diligências de Órgãos de Controle, por meio do **Despacho - SES/CONT/ASDOQ(65694336) solicita dilação de prazo por 30 (trinta dias)**, bem como informa as providências já adotadas, com vistas ao cumprimento do determinado pela Corte de Contas, nos termos abaixo:

"Considerando que o prazo concedido pela Corte de Contas expira na presente data;

Considerando manifestação da Unidade Setorial de Correição Administrativa que informou que foi autuado processo (**00060-00222540/2021-61**) para apuração dos fatos constantes nestes autos;

Considerando que até o presente momento o executor do contrato, instado há dois meses, não respondeu e não apresentou justificativas (61861779);

Sugerimos a Vossa Senhoria o encaminhamento das medidas tomadas por esta Pasta, bem como pedido de dilação ao TCDF, se assim entender cabível."

Considerando as informações supramencionadas, solicitamos a Vossa Excelência, respeitosamente, **dilação de prazo por 30 (trinta) dias** para cumprimento integral da decisão em tela.

Atenciosamente,

OSNEI OKUMOTO
Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **OSNEI OKUMOTO - Matr.1699604-6, Secretário(a) de Estado de Saúde do Distrito Federal**, em 13/07/2021, às 19:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **65705142** código CRC= **F7B810CD**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SRTVN Quadra 701 Lote D, 1ª e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70723-040 - DF
(61) 2017-1102
Site: - www.saude.df.gov.br

00060-00341463/2018-42

Doc. SEI/GDF 65705142



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS -S1//S4

Proc.:19.679/16

Processo nº: 19.679/16-e

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Saúde do DF – SES/DF

Assunto: Inspeção

Órgão Técnico: Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública - SEASP

Resumo: Inspeção realizada com vista a acompanhar a execução do Contrato nº 78/2014-SES/DF, firmado com a Sociedade Empresária Pace Med Comércio de Equipamento e Material Hospitalar Ltda. para aquisição de solução robótica voltada a telemedicina no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde.

Constatação de falhas.

Audiência dos responsáveis e determinação à jurisdicionada (Decisão nº 3.261/18-CPT). Remessa de razões de justificativa.

Improcedência de uma resposta, sem aplicação da penalidade sancionatória a fim de evitar *bis in idem*, procedência parcial de outra, com aplicação de multa, procedência das demais e reiteração da diligência à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (Decisão nº 298/20-CPT).

Solicitação de prorrogação de prazo formulada pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

DECIDO pelo deferimento do pleito, com alerta.

DESPACHO SINGULAR Nº 136/2021-GCPM

Cuidam os autos de Inspeção realizada com vista a acompanhar a execução do Contrato nº 78/2014-SES/DF, firmado com a Sociedade Empresária Pace Med Comércio de Equipamento e Material



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS -S1//S4

Proc.:19.679/16

Hospitalar Ltda. para aquisição de solução robótica voltada a telemedicina no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde¹.

2. Concluídas as apurações, o Tribunal, na Sessão Ordinária de 3.7.2018, exarou a Decisão nº 3.261/18-CPT (e-doc A051ADFE-e), **in verbis**:

DECISÃO Nº 3.261/18-CPT

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer: a) do Relatório Final de Inspeção nº 2.2033.17, conforme autorização conferida pelo Despacho-Singular n.º 215/16- GCAM (e-DOC n.º 7DA266B7-c); b) das considerações apresentadas pela empresa Pace Med Comércio de Equipamento Hospitalar Ltda. (e-DOC n.º 140BD0E9); c) das considerações apresentadas pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, por meio dos Ofícios nºs 2.943/2016- GAB/SES (eDOC n.º A551B2DB), 355/2017-GAB/SES (e- DOC n.º 6D285442) e 654/2017-GAB/SES (e-DOC n.º 611CA0F6); II – chamar em audiência os responsáveis consignados na Matriz de Responsabilização constante do e-DOC n.º ED0C4E3A-e para apresentarem, em 30 dias, Razões de Justificativa pelas irregularidades e respectivas condutas ali descritas, tendo em conta a possível aplicação das sanções estabelecidas no artigo 57, II, da LC nº 1/1994, c/c o artigo 248, IV, do RI/TCDF; III – **determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que: a) atente para o cumprimento do artigo 4º da Portaria SGA-DF n.º 29, de 25/02/2004, no sentido de nomear executores de contratos lotados em unidades que detenham capacidade para supervisionar todas as atividades afetas ao ajuste; b) atente para o cumprimento do disposto no artigo 63, caput, e no § 2º do mesmo artigo, da Lei n.º 4.320/1964, de forma a não realizar a liquidação da despesa sem que, antes, tenha havido o implemento de todas as condições contratuais, devidamente comprovadas; c) avalie a pertinência acerca da instauração de procedimento correcional em desfavor de servidor da AJL/SES-DF que emitiu parecer acerca da retirada de penalidade baseado no art. 57, § 1º, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993, em face dos indícios de que os autos não estavam instruídos com documentação comprobatória da real ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível e estranho à vontade da empresa contratada (fls. 361 a 363 do Processo GDF n.º 060.012.765/2013), bem como da então Diretora da DIURE, em razão dos indícios da prestação de informação falsa no sentido de que o atraso na entrega dos equipamentos não teria interferido no tempo para implantar o***

¹ Essa inspeção foi autorizada por meio do Despacho-Singular n.º 215/16-GCAM (e-doc F771541F), proferido no bojo do Processo nº 30.240/14, que cuidou da análise da Representação nº 34/2014-CF, formulada pela Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS -S1//S4

Proc.:19.679/16

projeto de telemedicina no DF (fl. 360-v, do Processo GDF n.º 060.012.765/2013); d) em face da manifesta impossibilidade de utilização da solução robótica adquirida, avalie a conveniência e a oportunidade de se desfazer dos bens adquiridos por meio do Contrato n.º 78/2014, observadas as disposições legais afetas ao tema, e encaminhe a este Tribunal o relato das medidas adotadas, no prazo de 90 (noventa) dias; IV – autorizar: a) o encaminhamento do Relatório Final de Inspeção 2.2033.17 à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e aos responsáveis indicados da Matriz de Responsabilização constante do eDOC n.º ED0C4E3A-e; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento.”

Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou a representante do MPjTCDF, Procuradora-Geral CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA.”

3. As razões de justificativa foram apreciadas na Sessão de 6.2.2020, ocasião em que se considerou improcedente as da Srª Marinice Cabral Moraes, deixando de aplicar-lhe sanções a fim de evitar *bis in idem*, parcialmente procedente as do Sr. Valter Rodrigues de Souza, com imposição de multa, e procedente as demais (Decisão nº 298/20-CPT, e-doc A6B0DA5C-e).

4. Naquela assentada, o e. Plenário também reiterou o cumprimento da diligência contida no inciso III da deliberação supratranscrita.

5. Nesta fase, a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, por meio do Ofício nº 4010/2021 - SES/GAB (e-doc 07BFBB97-c), solicita a prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para o atendimento integral da determinação.

6. Alega, para tanto, que durante a “*pandemia do COVID-19, o número de demandas se elevou de forma a sobrecarregar todas as áreas técnicas desta pasta, o que vem causando certa morosidade no cumprimento da demanda*”.

7. Apesar da razoabilidade contida no pleito, importa realçar o longo lapso temporal desde a data de conhecimento do **decisum**, que foi em 16.7.2018 (e-doc AA09F141-c). Portanto, entendo que neste momento é cabível um alerta ao titular da pasta quanto ao que prescreve o art. 57, inciso VII da Lei Complementar nº 1/94.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS -S1//S4

Proc.:19.679/16

Ante o exposto, DECIDO:

a) conhecer do Ofício nº 4010/2021 - SES/GAB (e-doc 07BFBB97-c);

b) conceder, com fulcro no art. 172, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal, a prorrogação solicitada, a contar da ciência deste despacho, por mais 60 (sessenta) dias, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, para cumprimento integral do inciso III da Decisão nº 3.261/18;

c) alertar ao Sr. Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal que o descumprimento reiterado de deliberação da Corte poderá ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso VII da Lei Complementar nº 1/94;

d) autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública para adoção das providências devidas.

Brasília (DF), 11 de maio de 2021.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Setorial da Saúde

Assessoria de Acompanhamento de Diligências de Órgãos de Controle

Despacho - SES/CONT/ASDOC

Brasília-DF, 12 de julho de 2021.

Ao GAB/SES,

Trata-se do **Despacho Singular Nº 136/2021-GCPM (61823507)**, **processo SEI nº 00600-00004317/2021-80**, que versa sobre inspeção com vistas ao acompanhamento da execução do Contrato n.º 78/2014-SES/DF, firmado entre a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal-SES/DF e a sociedade empresária Pace Med Comércio de Equipamento e Material Hospitalar Ltda, transcrito nos seguintes termos:

Decisão nº 3261/18

"I – conhecer:

a) do Relatório Final de Inspeção nº 2.2033.17, conforme autorização conferida pelo Despacho-Singular n.º 215/16- GCAM (e-DOC n.º 7DA266B7-c);

b) das considerações apresentadas pela empresa Pace Med Comércio de Equipamento Hospitalar Ltda. (e-DOC n.º 140BD0E9); c) das considerações apresentadas pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, por meio dos Ofícios nºs 2.943/2016- GAB/SES (eDOC n.º A551B2DB), 355/2017-GAB/SES (e- DOC n.º 6D285442) e 654/2017-GAB/SES (e-DOC n.º 611CA0F6);

II – chamar em audiência os responsáveis consignados na Matriz de Responsabilização constante do e-DOC n.º ED0C4E3A-e para apresentarem, em 30 dias, Razões de Justificativa pelas irregularidades e respectivas condutas ali descritas, tendo em conta a possível aplicação das sanções estabelecidas no artigo 57, II, da LC nº 1/1994, c/c o artigo 248, IV, do RI/TCDF;

III – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que:

a) **atente para o cumprimento do artigo 4º da Portaria SGA-DF n.º 29, de 25/02/2004, no sentido de nomear executores de contratos lotados em unidades que detenham capacidade para supervisionar todas as atividades afetas ao ajuste;**

b) **atente para o cumprimento do disposto no artigo 63, caput, e no § 2º do mesmo artigo, da Lei n.º 4.320/1964, de forma a não realizar a liquidação da despesa sem que, antes, tenha havido o implemento de todas as condições contratuais, devidamente comprovadas;**

c) **avalie a pertinência acerca da instauração de procedimento correcional em desfavor de servidor da AJL/SES-DF que emitiu parecer acerca da retirada de penalidade baseado no art. 57, § 1º, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993, em face dos indícios de que os autos não estavam instruídos com documentação comprobatória da real ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível e estranho à vontade da empresa contratada (fls. 361 a 363 do Processo GDF n.º 060.012.765/2013), bem como da então Diretora da DIURE, em razão dos indícios da prestação de informação falsa no sentido de que o atraso na entrega dos**

equipamentos não teria interferido no tempo para implantar o projeto de telemedicina no DF (fl. 360-v, do Processo GDF n.º 060.012.765/2013);

d) em face da manifesta impossibilidade de utilização da solução robótica adquirida, avalie a conveniência e a oportunidade de se desfazer dos bens adquiridos por meio do Contrato n.º 78/2014, observadas as disposições legais afetas ao tema, e encaminhe a este Tribunal o relato das medidas adotadas, no prazo de 90 (noventa) dias;

IV – autorizar:

a) o encaminhamento do Relatório Final de Inspeção 2.2033.17 à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e aos responsáveis indicados da Matriz de Responsabilização constante do eDOC n.º ED0C4E3A-e;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento."

Considerando que o prazo concedido pela Corte de Contas expira na presente data;

Considerando manifestação da Unidade Setorial de Correição Administrativa que informou que foi autuado processo (00060-00222540/2021-61) para apuração dos fatos constantes nestes autos;

Considerando que até o presente momento o executor do contrato, instado há dois meses, não respondeu e não apresentou justificativas (61861779);

Sugerimos a Vossa Senhoria o encaminhamento das medidas tomadas por esta Pasta, bem como pedido de dilação ao TCDF, se assim entender cabível.

Priscila Fernandes dos Santos

Chefe da Assessoria de Acompanhamento de Diligências de Órgãos de Controle



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA FERNANDES DOS SANTOS - Matr.1442602-1, Chefe da Assessoria de Acompanhamento de Diligências de Órgãos de Controle**, em 12/07/2021, às 16:09, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **65694336** código CRC= **6BABDD1A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte - SAIN - Asa Norte - Bloco B - Bairro Plano Piloto - CEP 70086-900 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Superintendência da Região de Saúde Central

Despacho - SES/SRSCE

Brasília-DF, 13 de maio de 2021.

PARA: UCG

Senhor RENATO COSTA SOUSA, matrícula 143.165-01

Trata-se do **Despacho Singular Nº 136/2021-GCPM(61823507)**, **processo SEI nº 00600-00004317/2021-80**, que versa sobre inspeção com vistas ao acompanhamento da execução do Contrato nº 78/2014-SES/DF, firmado entre a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal-SES/DF e a sociedade empresária Pace Med Comércio de Equipamento e Material Hospitalar Ltda.

O referido despacho assim estabeleceu:

Nesse sentido, o TCDF concede, com fulcro no art. 172, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal, a prorrogação solicitada, a contar da ciência deste despacho, por mais 60 (sessenta) dias, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, para cumprimento integral do inciso III da Decisão nº 3.261/18.

Decisão nº 3261/18

"I – conhecer:

a) do Relatório Final de Inspeção nº 2.2033.17, conforme autorização conferida pelo Despacho-Singular nº 215/16- GCAM (e-DOC nº 7DA266B7-c);

b) das considerações apresentadas pela empresa Pace Med Comércio de Equipamento Hospitalar Ltda. (e-DOC nº 140BD0E9); c) das considerações apresentadas pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, por meio dos Ofícios nºs 2.943/2016- GAB/SES (eDOC nº A551B2DB), 355/2017-GAB/SES (e- DOC nº 6D285442) e 654/2017-GAB/SES (e-DOC nº 611CA0F6);

II – chamar em audiência os responsáveis consignados na Matriz de Responsabilização constante do e-DOC nº ED0C4E3A-e para apresentarem, em 30 dias, Razões de Justificativa pelas irregularidades e respectivas condutas ali descritas, tendo em conta a possível aplicação das sanções estabelecidas no artigo 57, II, da LC nº 1/1994, c/c o artigo 248, IV, do RI/TCDF;

III – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que:

a) **atente para o cumprimento do artigo 4º da Portaria SGA-DF nº 29, de 25/02/2004, no sentido de nomear executores de contratos lotados em unidades que detenham capacidade para supervisionar todas as atividades afetas ao ajuste;**

b) **atente para o cumprimento do disposto no artigo 63, caput, e no § 2º do mesmo artigo, da Lei nº 4.320/1964, de forma a não realizar a liquidação da despesa sem que, antes, tenha havido o implemento de todas as condições contratuais, devidamente comprovadas;**

c) **avalie a pertinência acerca da instauração de procedimento correccional em desfavor de servidor da AJL/SES-DF que emitiu parecer acerca da retirada de penalidade baseado**

no art. 57, § 1º, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993, em face dos indícios de que os autos não estavam instruídos com documentação comprobatória da real ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível e estranho à vontade da empresa contratada (fls. 361 a 363 do Processo GDF n.º 060.012.765/2013), bem como da então Diretora da DIURE, em razão dos indícios da prestação de informação falsa no sentido de que o atraso na entrega dos equipamentos não teria interferido no tempo para implantar o projeto de telemedicina no DF (fl. 360-v, do Processo GDF n.º 060.012.765/2013);

d) em face da manifesta impossibilidade de utilização da solução robótica adquirida, avalie a conveniência e a oportunidade de se desfazer dos bens adquiridos por meio do Contrato n.º 78/2014, observadas as disposições legais afetas ao tema, e encaminhe a este Tribunal o relato das medidas adotadas, no prazo de 90 (noventa) dias;

IV – autorizar:

a) o encaminhamento do Relatório Final de Inspeção 2.2033.17 à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e aos responsáveis indicados da Matriz de Responsabilização constante do eDOC n.º ED0C4E3A-e;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento."

Considerando o Despacho 61843104, da Assessoria de Acompanhamento de Diligências de Órgãos de Controle, que solicita o atendimento da presente demanda, de forma a zelar pelo cumprimento do prazo estabelecido pelo órgão demandante, **até o dia 09/07/2021**, nos termos da Portaria nº 471, de 29 de junho de 2020, publicada no DODF nº 123, de 02 de julho de 2020.

Encaminhamos para conhecimento e manifestação com a urgência que o caso requer.

Atenciosamente,

Dr. PEDRO COSTA QUEIROZ ZANCANARO

Superintendente da Região de Saúde Central

Secretaria de Estado de Saúde



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO COSTA QUEIROZ ZANCANARO - Matr.1440246-7, Superintendente da Região de Saúde Central**, em 13/05/2021, às 16:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[aca=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **61861779** código CRC= **20965A6A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SRTVN Quadra 701 Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-040 - DF

